

HABEAS CORPUS Nº 506.064 - RJ (2019/0115233-0)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : **ADRIANO DA SILVA SALDANHA**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
PACIENTE : **ADRIANO DA SILVA SALDANHA (PRESO)**

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso especial, impetrado de próprio punho por **ADRIANO DA SILVA SALDANHA**, em benefício próprio, apontando como autoridade coatora o eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**.

Das informações prestadas pelo eg. Tribunal de origem, acostadas às fls. 23-32, depreende-se que o paciente foi condenado pelos delitos previstos nos arts. 147 e 217-A, ambos, do Código penal, à pena total de 25 (vinte e cinco) anos, 11 (onze) meses e 16 (dezesesseis) dias de reclusão, em regime inicial fechado.

No presente **writ**, o impetrante/paciente, argumenta, em linhas gerais, que estaria sofrendo constrangimento ilegal, sustentando que tem direito ao reconhecimento do instituto da continuidade delitiva, bem como à concessão de benefícios da execução penal.

Não houve pedido liminar.

A eg. Corte local noticiou que o impetrante-paciente encontra-se em cumprimento de pena, contudo, *"não havendo prazo para a concessão de benefícios no presente momento, encontrando-se o penitente devidamente acautelado em unidade prisional compatível com o regime fechado. Quanto ao pleito de reconhecimento da continuidade delitiva, com consequente redução da pena, esclareço que não há pedido nos autos executórios, tampouco pedido defensivo pendente de análise, preferindo o impetrante a estreita via do Habeas Corpus"* (fl. 26).

Instada a se manifestar, a i. Defensoria Pública Estadual afirmou

que "(...) O pleito deduzido na petição inicial resume-se no reconhecimento da continuidade delitiva, ou, eventualmente, na obtenção de benefícios concernentes à execução da pena, o que deverá ser submetido inicialmente às instâncias ordinárias. Assim, invocando os princípios da economicidade e celeridade, bem como à consideração de se tratar de pleito deduzido por hipossuficiente, vem requerer a Vossa Excelência a remessa dos autos eletrônicos à Vara de Execuções Penais do Rio de Janeiro, para apreciação do requerimento formulado pelo impetrante/paciente" (fls. 50-51).

O Ministério Público Federal, às fls. 53-54, manifestou-se pelo não cabimento do **writ**.

É o relatório.

Decido.

O presente **habeas corpus** não pode ser conhecido.

Conforme relatado, e de acordo com as informações prestadas, os pedidos constantes deste **writ** sequer foram apresentados na origem, por tal razão, não foram apreciados pelo eg. Tribunal **a quo**, ficando impedida esta Corte Superior de proceder a sua análise, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância.

Nesse sentido, é o entendimento desta eg. Corte de Justiça, **in verbis**:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. NULIDADE NO DECRETO DA PRISÃO PREVENTIVA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. TRIBUNAL DE ORIGEM NÃO CONHECEU DO WRIT POR SE TRATAR DE REITERAÇÃO DE PEDIDO. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Os argumentos deduzidos no writ originário não foram analisados pelo Tribunal a quo no acórdão impugnado na presente impetração, por configurar reiteração de pedido, uma vez que já havia sido examinado em outro habeas corpus, cujo acórdão não consta dos autos. 2. O agravante não trouxe aos autos sequer cópia do acórdão proferido no Habeas Corpus n. 2077465-61.2017.8.26.0000, inviabilizando a análise da alegação de que não há identidade entre as teses deduzidas,

caracterizada, também, a deficiente instrução do feito.

3. *Resta afastada a competência do Superior Tribunal de Justiça para a análise das alegações trazidas no presente mandamus, pois compete ao impetrante demonstrar: 1) que tais teses foram previamente submetidas ao Tribunal a quo, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância; ou 2) que a Corte de origem indevidamente negou a prestação jurisdicional.*

Agravo regimental desprovido" (AgRg no HC n. 403.678/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Joel Ilan Pacionik, DJe de 26/10/2017).

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. FLAGRANTE CONVERTIDO EM PREVENTIVA. CONDENAÇÃO. CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO PREVISTA NO § 4º DO ART. 33 DA LEI 11.343/2006. PRETENDIDA APLICAÇÃO. REGIME INICIAL MENOS GRAVOSO. MATÉRIAS NÃO APRECIADAS PELA CORTE DE ORIGEM NO ACÓRDÃO COMBATIDO. APELAÇÃO CRIMINAL PENDENTE DE JULGAMENTO. INCOMPETÊNCIA DESTE STJ E SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. NÃO CONHECIMENTO.

1. Inviável a apreciação, diretamente por esta Corte Superior de Justiça, dada sua incompetência para tanto e sob pena de incidir-se em indevida supressão de instância, da pretendida aplicação da causa de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06 e da fixação de regime inicial menos gravoso, tendo em vista que tais questões não foram analisadas pelo Tribunal impetrado no aresto combatido, em razão da pendência de apelação criminal lá aforada em favor do condenado.

[...]

4. Recurso parcialmente conhecido e, nesta extensão, improvido" (RHC n. 57.352/CE, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 23/02/2016).

Consigno, ademais, que a i. Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro já está ciente da irresignação do paciente/impetrante, e poderá requerer o que entender de direito em seu favor.

Ante o exposto, **não conheço** do presente **habeas corpus**.

P. I.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro Felix Fischer

Ministro

